



Violeta Parra, *Combate Naval I*, 1964. Juta tingida e bordada com lã, 134,5 x 179 cm.

11 Artigo

A questão da reprimarização entre os Brics: Uma contribuição contra-eurocêntrica à teoria do sistema-mundo

Leonardo Augusto Franco¹ e Luty Guilherme Fortes² e Rafael Queiroz Alves³

Resumo // Este artigo pretende expor a distinção da China entre os Brics em termos de desenvolvimento econômico, realizando uma comparação entre os panoramas macroeconômicos dos países de 2009 e 2019 através de uma vertente contra-eurocêntrica da teoria do sistema-mundo. Primeiramente, são analisadas as conjunturas comerciais e financeiras entre os países Brics. Em seguida, a teoria do sistema-mundo é evocada para sustentar que a China se deslocou da semiperiferia ao “quase-centro” da divisão internacional do trabalho. Por fim, uma capacidade endógena para esta movimentação é conferida ao desenvolvimento da formação econômico-social chinesa. Conclusivamente, os modelos de desenvolvimento econômico adotados por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul expressam limites de imposição própria, mas são condicionados pelas relações com a China. Para que os Brics superem conjuntamente a reprimarização, pautas de reindustrialização precisam ser discutidas nas cúpulas anuais do grupo e as relações de comércio e investimentos entre os países-membros devem ser alteradas.

Palavras-chave // Brics; Teoria do Sistema-Mundo; Eurocentrismo.

-
- 1 Leonardo Augusto Franco é mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, na linha de Ciência Política. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3647-2283>.
 - 2 Luty Guilherme Fortes é mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5215-4827>.
 - 3 Rafael Queiroz Alves é Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, na linha de Relações Internacionais e Desenvolvimento. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8341-8220>.

Introdução

Os países dos Brics⁴ têm estratégias de desenvolvimento econômico distintas, apesar de estarem inseridos conjuntamente em uma iniciativa diplomática que representa busca por maior autonomia no sistema internacional. As distintas inserções destes atores no sistema internacional influenciam nos diferentes resultados econômicos em torno do objetivo que os une. O alinhamento entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul foi possibilitado devido às condições e necessidades que possuem em comum. Todavia, comparações de desempenho produtivo, financeiro e comercial dos Brics evidenciam uma assimetria a favor da China, que é o membro que mais cresceu economicamente e ampliou participação na governança internacional desde a fundação do grupo diplomático, em 2009, até o ano de 2019.

O objetivo deste artigo é realizar um breve balanço das dinâmicas econômicas dos Brics a partir do reconhecimento de que a China atingiu resultados assimétricos em comparação com os demais atores envolvidos no grupo diplomático. Assim, especificamente, são sistematizadas as relações comerciais e os investimentos mútuos dos Brics, é feito um balanço de ganhos e perdas deste processo em torno de transações, investimentos e projetos de curto e longo prazo. O artigo se dispõe a responder à seguinte questão-problema: Por que a economia chinesa foi a que mais se desenvolveu nos Brics, considerando os diferentes cenários econômicos de 2009 e 2019?

A questão que se busca responder diz respeito aos interesses convergentes dos países Brics considerando suas trajetórias econômicas e políticas. Os Brics originais, reunidos em 2009, antes da inserção da África do Sul (em 2011), são países subdesenvolvidos que, no entanto, possuem grandes potencialidades por estarem entre os dez maiores países do mundo em território e população (mercado interno e oferta de mão de obra). Todos desenvolveram graus de vínculos de interdependência com a China, e não com os demais atores do grupo. A China foi capaz de ascender, mantendo altos padrões de crescimento econômico por ano

4 Brics é um acrônimo que representa o agrupamento diplomático multilateral entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (com esta última tendo se unido mais tarde). O título foi dado pelo economista Jim O'Neill (2001) em um artigo que apontava as tendências econômicas de ascensão destas potências emergentes. E tais atores, que já possuíam articulações diplomáticas comuns em prol das necessidades compartilhadas de adaptação à ordem internacional marcada pela globalização, concretizaram um avanço multilateral em suas relações através da criação do grupo.

e intensificando sua liderança no sistema internacional; já os demais atores, tiveram seus processos de desenvolvimento interrompidos por crises econômicas e políticas.

A hipótese a ser testada é a seguinte: a criação dos Brics representou o aprofundamento multilateral de relações diplomáticas e econômicas dos envolvidos rumo a um patamar de dependência centrada na China, mas esse processo tem raízes endógenas devido às diferentes formações econômico-sociais dos países associados, o que determina suas posições no sistema-mundo.

Uma análise comparativa dos panoramas macroeconômicos dos Brics de 2009 e 2019 através *Observatory of Economic Complexity* (OEC) indica padrões relevantes. A inserção chinesa consistiu principalmente no deslocamento rumo ao centro da divisão internacional do trabalho (sem ainda atingir tal posição) pela intensificação de exportações de mercadorias industrializadas de alto valor agregado e investimentos infraestruturais projetados para os demais membros. Por outro lado, Brasil, Rússia e África do Sul se consolidaram como primário-exportadores periféricos ou quase semiperiféricos, enquanto a Índia se movimentou para um patamar semiperiférico de preservação relativa de níveis de industrialização, mas ainda inferiores às capacidades chinesas. Um balanço deste sistema relacional aponta para maiores avanços comerciais da China e avanços no desenvolvimento de todos os membros nos âmbitos de investimentos e infraestrutura. Estas dinâmicas compõem parte do ambíguo processo de desenvolvimento econômico chinês em relação ao mundo.

Para avaliar tal processualidade, a distinta formação econômico-social presente na China pode explicar sua adaptação superior nos Brics, enquanto a teoria do sistema-mundo designa as contradições e consequências enfrentadas por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul devido ao avanço industrial chinês. Sendo assim, o ferramental teórico deve dar andamento à exposição para indicar que as formações econômico-sociais são fatores endógenos que justificam o desempenho dos atores do grupo, ainda que a inserção chinesa traga condicionamentos externos aos Brics.

Para traçar linhas gerais de resposta à questão-problema por meio da hipótese levantada, o artigo é dividido em quatro tópicos que sucedem esta introdução. No primeiro, são expostos dados de complexidade econômica (Hausmann, 2014; Hidalgo, 2015; Hidalgo, 2021) obtidos pelo *Observatory of Economic Complexity* para indicar comparativamente quais foram as transformações no desenvolvimento econômico dos Brics nos cenários de 2009 e 2019 a partir de uma avaliação

da composição de balanças comerciais; e são exibidos dados sobre os investimentos chineses em cada país em questão obtidos pela plataforma *China Global Investment Tracker*. Na segunda seção, a teoria do sistema-mundo é evocada para compreender os resultados da integração econômica inter-Brics centrada na ascensão chinesa. No terceiro tópico são sintetizadas as contribuições sistêmico-mundiais por uma perspectiva contra-eurocêntrica, tendo como referências André Gunder-Frank, Samir Amin, Cheng Enfu e Chan Zhai.

O recorte temporal serve à comparação dos cenários macroeconômicos de 2009 e 2019 para indicar transformações no relacionamento dinâmico e multissetorial desde a criação dos Brics (2009) até um abalo específico e significativo que dá início a um novo momento caracterizado por busca dos Estados por medidas de contenção à crise global causada pela pandemia de Covid-19 em instituições político-econômicas do mundo inteiro (2019). Coincidentemente, a delimitação se dá entre duas distintas crises econômicas globais (2008 e 2020), representando, então, um período de adaptações à primeira, de cunho financeiro⁵.

Este breve estudo de revisão bibliográfica faz uso das metodologias dedutiva, qualitativa-quantitativa, estatística, histórica e comparativa. Os dados relativos a investimentos e comércio foram obtidos por documentos institucionais oficiais (New Development Bank, 2021) e bases de dados de sites selecionados (*Observatory of Economic Complexity*, 2019c; World Bank, 2019). São considerados o histórico dos Brics, dados macroeconômicos referentes às balanças comerciais e investimentos realizados pela China em direção aos demais membros do grupo.

5 A crise financeira global de 2008, desencadeada pela falência do banco de investimentos Lehman Brothers nos Estados Unidos, trouxe consequências em termos de capacidades de fornecimento de crédito, determinando um cenário de recessão. Os Brics, articulados logo em seguida, representaram uma movimentação dos países em desenvolvimento interessados em se adaptarem à ordem internacional marcada pela globalização e pela interdependência que fora construída no século XXI e então enfrentava um de seus maiores desafios.

O panorama de comércio e investimentos entre os Brics

A situação macroeconômica e de investimentos entre os Brics é influenciada pela gradação da primarização à industrialização observada em suas balanças comerciais⁶. Resultados de processos inseridos dentro desta dinâmica são ilustrados pelo aumento da complexidade econômica e das riquezas dos Brics por ano.

O método de avaliação de complexidade econômica em distribuição geográfica tem como ponto de partida a mensuração de “conhecimento” e “*know-how*”⁷ que permeiam as forças produtivas de cada sociedade. Para que estas variáveis sejam identificadas, um fator central é a distribuição territorial das indústrias, uma vez que esta modalidade de unidades produtivas é uma expressão de “conhecimento” e “*know-how*” essenciais às redes de pessoas e empresas presentes em cada local (Hidalgo, 2015, p. 126-7, tradução nossa).

A evolução da complexidade econômica na China e na Índia é uma das variáveis que explica o crescimento superior destas duas economias em comparação com as dos demais membros do grupo diplomático em questão. A complexidade de uma economia traz resultados no mercado de trabalho, na renda populacional e no crescimento econômico (Hidalgo, 2021). Brasil, Rússia e África do Sul sofreram regressões em complexidade econômica e, logo, seus PIBs cresceram menos do que os da China e da Índia.

Entretanto, China e Índia se industrializaram por vias diferentes na virada do século XX ao XXI. Enquanto a China preservou uma política industrial consistente, baseada em planos quinquenais e engenharia reversa a partir da plataforma fabril presente nas Zonas Econômicas Especiais para desenvolver um processo de internalização industrial de longo prazo, a Índia recebeu intensos

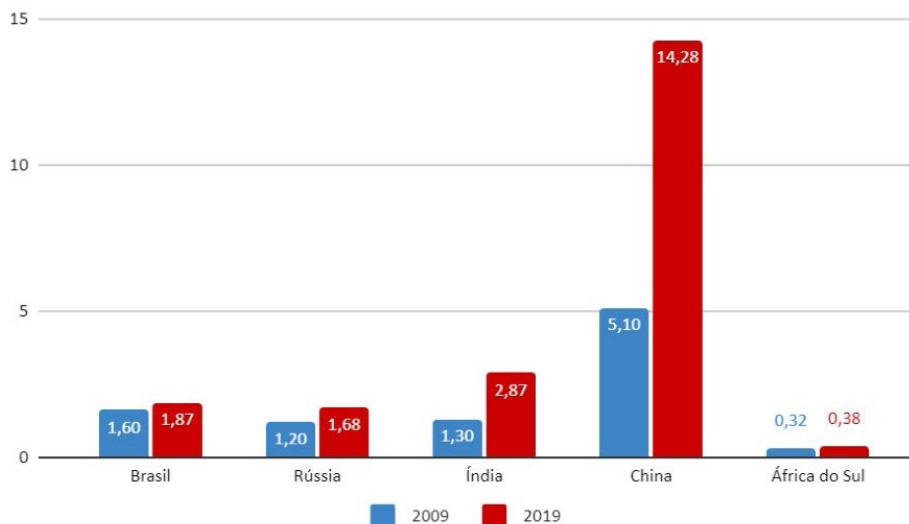
6 O desenvolvimento econômico não é determinado apenas por esta variável. O caso mexicano serve como um exemplo, pois o país dispõe de alto nível produtivo de manufaturados e conta com diversas instalações industriais estrangeiras, mas não dispõe de marcas próprias. Afinal, seu processo de industrialização não foi internalizado. Sendo assim, os índices de complexidade econômica são úteis para quantificar as diretrizes de crescimento e desenvolvimento da economia de um país, mas não capturam todas as condições que determinam situação de dependência.

7 *Know-how* se refere ao conjunto de conhecimentos de normas e técnicas profissionais adquiridos através de formação científica. Está relacionado com os reflexos do nível de escolaridade e de desenvolvimento de estruturas educacionais de uma sociedade sobre a produtividade econômico-industrial desta.

Investimentos Estrangeiros Diretos e realizou uma política industrial mais específica, centrada na área de Tecnologia da Informação (Barbosa, 2008).

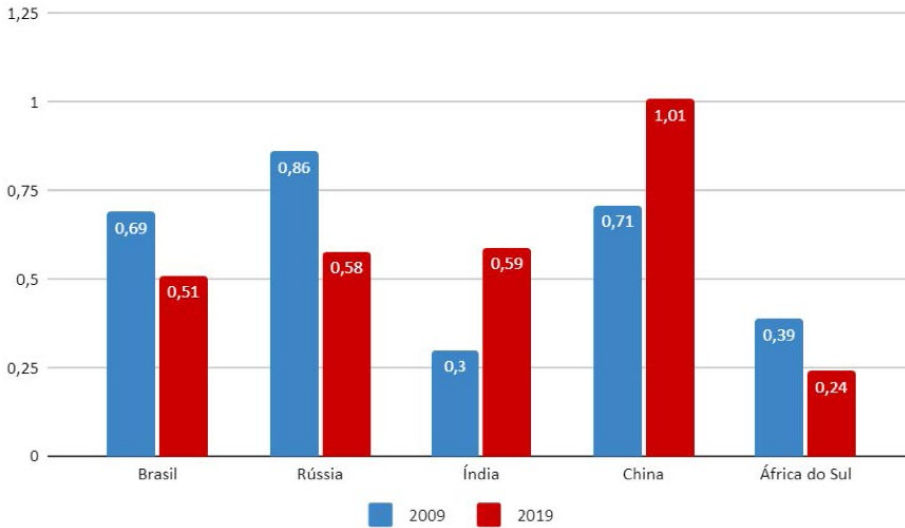
Observando o desempenho geral dos Brics em perspectiva abrangente e comparativa, pode-se notar que: 1) O montante dos PIBs saltou de cerca de US\$ 9,49 trilhões para US\$ 21,05 trilhões; 2) há uma disparidade extravagante do crescimento econômico chinês em comparação com todos os demais países; 3) a Índia é o segundo país que mais cresceu, tendo conseguido mais que dobrar seu PIB, mas ainda está distante da robustez chinesa; 4) apenas China e Índia aumentaram seus níveis de complexidade econômica, enquanto todos os demais tiveram essa quantificação reduzida; 5) a proporção e a qualidade do desenvolvimento econômico dos Brics têm relação com processos de complexificação de suas capacidades produtivas.

Gráfico 1: PIBs dos Brics em 2009 e 2019 em trilhões de dólares (valores correntes)



Fonte: World Bank, 2019.

Gráfico 2: Panoramas de complexidades econômicas dos Brics em 2009 e 2019



Fonte: Observatory of Economic Complexity, 2019.

Esta complexidade econômica tem concretude pelas composições de balanças comerciais. Para ilustrar estas conjunturas, primeiramente serão expostos dados comerciais obtidos pelo *Observatory of Economic Complexity* (2019c) considerando os três principais tipos de mercadorias exportadas e importadas de cada Brics referentes a 2009 e a 2019 dentro da escala de profundidade 2 do Sistema Harmonizado de comércio internacional⁸. Desse modo, padrões de permanência ou mudança devem ser brevemente identificados e serão feitas análises destes aspectos capazes de caracterizar os eixos estruturais desses países.

A seguir, serão expostos os dados acerca das exportações e importações dos Brics em 2009 e 2019. Dessa maneira, variações nos quadros de produtos que compõem as balanças comerciais de cada país poderão ser observadas, além das que são tocantes aos destinos e origens dos fluxos de mercado. Processos de

⁸ O Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias é uma nomenclatura aduaneira utilizada internacionalmente. Trata-se de um sistema padronizado de classificação de exportações e importações necessário para a elaboração de estatísticas de comércio internacional que foi desenvolvido e mantido pela Organização Mundial das Alfândegas (SISCOMEX, 2021). As escalas de profundidade expressam especificidades maiores ou menores das categorias de mercadorias em circulação no comércio internacional. A escala adotada é mais abrangente e, assim, aponta as gradações agrárias e industriais das economias estudadas (Caparroz, 2018).

industrialização ou desindustrialização e de aproximações e distanciamentos dos países podem ser observados.

A variação da centralidade de produtos da balança comercial chinesa nas composições de 2009 e 2019 fornece algumas sinalizações sobre as evoluções ocorridas no sistema econômico do país: 1) o aprofundamento quantitativo da comercialização de mercadorias da mesma categoria tecnológica; 2) a constância industrial; 3) a transição da condição qualitativa de importador de tecnologia para importador de produtos do setor primário necessários ao aprofundamento das dinâmicas industrializantes em voga; 4) a redução da porcentagem das três principais mercadorias de importações aponta para um aumento de variação; e 5) os Estados Unidos permanecem entre os parceiros comerciais mais importantes, mas não figuram mais entre as três maiores fontes de importação, provavelmente por conta da política externa multilateral da China (*Observatory of Economic Complexity*, 2019b).

Comparando os panoramas de desempenho econômico do Brasil em 2009 e 2019, pode-se perceber que: 1) os ramos produtivos mais expressivos passaram a ocupar maior espaço na balança comercial em 2019, gerando maior dependência setorial; 2) o mercado de soja sofreu uma expansão bilionária que o tornou mais relevante às exportações brasileiras do que o de minérios; 3) após o início da exploração do pré-sal em 2010 a economia brasileira ganhou um novo impulso, que tornou a exportação de combustíveis fósseis a maior atividade econômica internacional do Brasil; e 4) desde a criação dos Brics, entre os membros do grupo, o Brasil é o país que sofreu a segunda maior redução de complexidade econômica (-0,18) e o segundo que menos cresceu (US\$ 0,27 trilhão) (*Observatory of Economic Complexity*, 2019a).

Observações gerais sobre os desdobramentos da economia russa: 1) a Rússia tinha a segunda maior complexidade econômica entre os Brics quando de sua fundação (0,86) devido à herança deixada pela corrida tecnológica e espacial travada com os Estados Unidos no século XX; 2) é o integrante dos Brics que sofreu a maior redução de complexidade econômica até 2019 (-0,28); 3) apesar disso, o PIB russo apresentou um crescimento (US\$ 0,48 trilhão) ligeiramente maior que o brasileiro (US\$ 0,27 trilhão) e 4) hoje, a complexidade econômica russa (0,58) está quase no mesmo nível da indiana (0,59) (*Observatory of Economic Complexity*, 2019e).

Perante o panorama exposto, pode-se declarar que: 1) a Índia é o segundo país que mais avançou em termos de complexidade econômica (+0,29) nos recortes temporais de 2009 e 2019; 2) a progressão de complexidade indiana é quase a mesma que a da China nesse período (+0,30); 3) mas a complexidade da economia da Índia (0,59) ainda é muito inferior à da China (1,01), representando pouco mais que a sua metade (*Observatory of Economic Complexity*, 2019d); 4) em última instância, todavia, a Índia é uma superpotência latente, superpopulosa e capaz de produzir tanto quanto a sua vizinha, conforme indicam os padrões históricos milenares em que ambas as civilizações sempre revezaram o posto de maior economia do mundo⁹.

As observações sobre a África do Sul devem ser feitas pela ressalva de que o país foi convidado tardiamente pela China para compor o grupo em 2011, durante a terceira cúpula dos Brics, então seu desempenho econômico nos anos de 2009 e 2010 não deve ser relacionado com possíveis efeitos das declarações e produções dos Brics¹⁰. A data de 2009 foi mantida neste estudo para fins comparativos. Sendo assim: 1) desde 2011 a economia sul-africana sofreu forte instabilidade que levou a uma severa recessão até 2016, com um decréscimo do PIB de US\$ 458,2 bilhões para US\$ 323 bilhões. Houve uma ligeira recuperação até 2018, atingindo um PIB de US\$ 404,8. Por fim, houve outra recessão até 2019, com o PIB se encerrando com US\$ 387,9 bilhões (World Bank, 2019); 2) a complexidade econômica da África do Sul sofreu redução notável (-0,15) desde o ingresso nos Brics, mas permanece como a mais avançada do continente africano (*Observatory of Economic Complexity*, 2019f); 3) a África do Sul substituiu totalmente seus três maiores destinos de exportações – em especial, trocaram os

9 Analisando as economias mundiais por paridade do poder de compra, do século I ao XVIII a China, a Índia e o conjunto dos Estados do continente europeu alternavam regularmente o posto de detentor do maior PIB do mundo. No contexto da modernidade, de 1820 a 1870 a China atingiu seu ápice quando se afirmou com um PIB de 228,6 bilhões de dólares, ficando à frente da Europa, que tinha 184,8 bilhões, e da Índia com 111,4 da mesma ordem (Maddison, 2007).

10 É evidente que entre todos os integrantes, a África do Sul possui o menor território, a menor população e a menor economia e, por isso, sua inserção era inesperada. Outras grandes economias, como Nigéria e Egito, poderiam ter sido convidadas por terem uma adequação maior em termos geográficos. Por outro lado, a África do Sul possui o estatuto de “representante da África” devido à participação proativa em fóruns multilaterais e organizações internacionais. Sendo assim, o país sul-africano possui na prática maior sinergia com o propósito dos Brics, que é promover na ordem internacional a inserção multilateral, institucional e diplomática dos países do Sul global. Em seguida, devido à imagem internacional ativa, a África do Sul possui *soft power* relevante aos Brics. E, por fim, o país tinha em 2011 uma estrutura econômica mais desenvolvida do que as de outros grandes países africanos, como Egito e Argélia, que têm complexidades econômicas abaixo de zero, e ainda se mantém como detentor da complexidade mais avançada do continente (Ribeiro e Moraes, 2015).

Estados Unidos pela China na primeira posição da lista; e 4) a China se tornou a maior parceira comercial da África do Sul após sua inserção nos Brics.

Os dados acima apontam para uma tendência em comum na história dos associados aos Brics: com exceção de China e Índia, os Brics se acomodaram em maior ou menor medida à condição de primário-exportadores e importadores de tecnologias. Consequentemente, Brasil e Rússia revelaram incapacidade para manter ou aumentar ritmos de crescimento compatíveis com suas estruturas produtivas devido à indisposição interna para incrementar potencialidades. A África do Sul se mantém como um caso a parte, pois não representa uma potência, mas também sofre com instabilidades econômicas desde a crise de 2008 e não apresenta expectativas de recuperação.

Em geral, os dados também indicam que a China, para a maioria dos países do grupo, já era e permaneceu figurando entre seus maiores parceiros comerciais, enquanto outros integrantes do grupo não assumem posições semelhantes uns para os outros. Há um vácuo de relações comerciais entre Brasil, Rússia, Índia e África do Sul devido às incompatibilidades entre estruturas produtivas. Todos os Brics são relativamente dependentes da China, com exceção da Índia, que se revelou como o participante mais comedido¹¹.

As relações comerciais entre os Brics em 2009 e 2019 indicam padrões interessantes para compreender as transformações nas formas de inserção desses países na economia mundial. Em 2009, o Brasil possuía relações superavitárias com todos os países dos Brics, mas em 2019 o comércio brasileiro apresentou esse resultado apenas nas relações com China e África do Sul. As exportações do Brasil a todos os Brics regrediram quantitativamente, com exceção da China, com quem triplicou tais valores comerciais, passando de US\$ 21 bilhões para US\$ 63,5 bilhões em exportações. E o Brasil sempre foi o componente dos Brics que mais exportou à China desde a fundação da associação até 2019¹².

11 A forma de “envolvimento moderado” da Índia nos Brics pode ser explicada a partir da geopolítica do país. A Índia está inserida ambigualmente no Quad, que é a estratégia estadunidense de contenção à ascensão da China, e tem uma disputa territorial por Aksai Chin não resolvida conforme seus interesses desde a guerra sino-indiana (1962).

12 Ver gráficos 3 e 4.

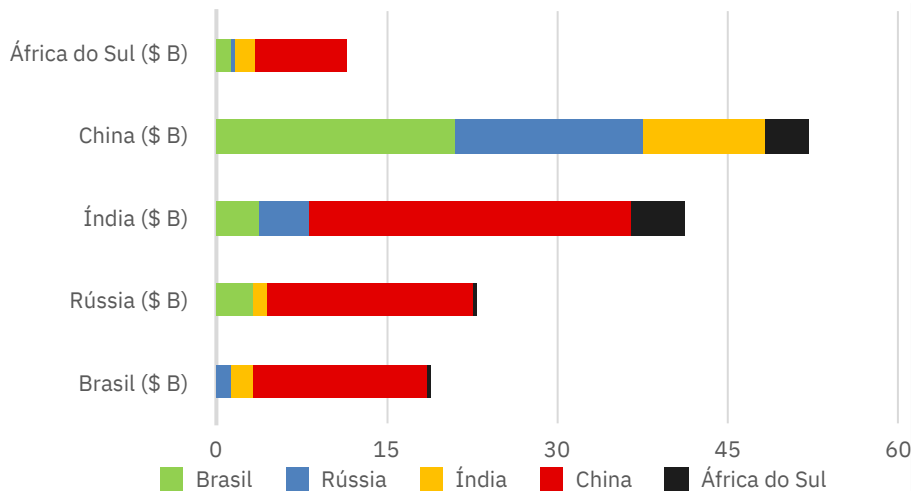
Em 2009, a Rússia apenas teve uma relação superavitária com a Índia e teve uma relação comercial de paridade com a África do Sul, então, em 2019, passou a ter relações superavitárias com todos, exceto com a África do Sul. A Rússia só aumentou suas vendas internacionais aos Brics: quase dobrou suas exportações ao Brasil, à Índia e à África do Sul, enquanto mais que triplicou suas exportações à China, com quem comercializou US\$ 16,6 bilhões em 2009 e US\$ 58,1 bilhões em 2019.

Em 2009, a Índia apresentou relações deficitárias com todos os Brics e reverteu esse quadro em 2019 apenas na relação com o Brasil. A Índia, assim como a Rússia, aumentou suas exportações a todos os integrantes dos Brics. No entanto, foi o país que menos aumentou suas exportações à China, incrementando apenas US\$ 6,7 bilhões (menos até mesmo que a África do Sul, que tem uma escala muito menor).

Em 2009, a China teve relações superavitárias com todos os Brics, enquanto em 2019 teve relações deficitárias com todos, exceto com a Índia, seu maior destino de vendas no grupo. A China mais que dobrou os valores de exportações a todos os Brics, se aprofundando principalmente na relação com a Índia, que recebe as exportações mais robustas da China (US\$ 72,6 bilhões). Fora das dinâmicas dos Brics, é válido acrescentar que dentro desse período, em 2013, a China se tornou o país com maior volume de comércio exterior no mundo, segundo o World Bank (2019).

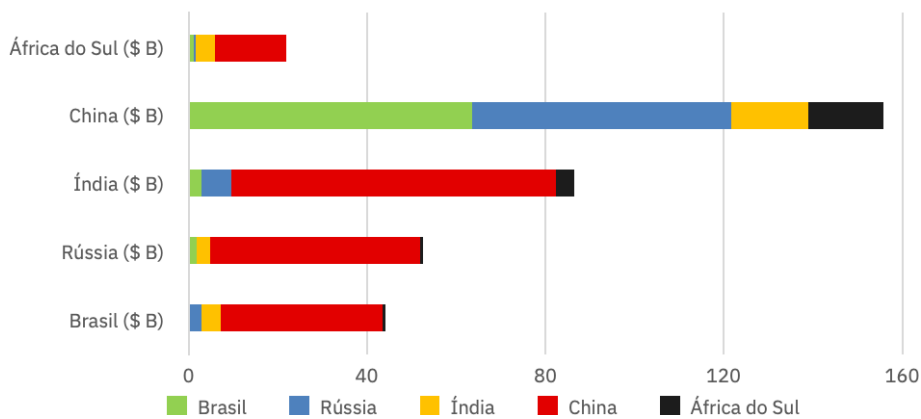
Em 2009, a África do Sul teve relações deficitárias com Brasil e China, de paridade com a Rússia e superavitária com a Índia. A África do Sul aumentou suas vendas ao Brasil e à Rússia em dimensões compatíveis com o porte de sua economia, mas mais que as quadruplicou em relação à China e reduziu razoavelmente tais valores à Índia, a substituindo pela China no posto de maior parceira comercial. As exportações da África do Sul à China partiram de US\$ 3,79 bilhões em 2009 para US\$ 16,7 bilhões em 2019.

Gráfico 3: Exportações em bilhões de dólares entre os Brics em 2009



Fonte: OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2019.

Gráfico 4: Exportações em bilhões de dólares entre os Brics em 2019



Fonte: OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2019.

Em adição aos dados relativos ao comércio exterior deve ser inserida a quantidade de investimentos estrangeiros diretos realizada mutuamente pelos países dos Brics. Contudo, devido à hipótese levantada neste trabalho, serão trazidos à tona dados tocantes ao aproveitamento de projetos do NBD e os valores dos investimentos realizados por chineses.

Em projetos do New Development Bank (NDB), o Brasil figura com US\$ 5,97 bilhões aprovados; Rússia com US\$ 4,89 bilhões; Índia com US\$ 6,92 bilhões; China com US\$ 7,16 bilhões; e África do Sul com US\$ 5,75 bilhões (New Development Bank, 2021). Há um aproveitamento desproporcional entre os membros, se forem consideradas as dimensões geográficas de cada um em relação ao valor dos projetos obtidos através do banco. Ainda que todos estes Estados, com exceção da África do Sul, possuam territórios extensos, China e Índia ultrapassam contingentes populacionais na casa de um bilhão de habitantes, enquanto os demais não passam de centenas de milhões. Proporcionalmente, devido a esta estrutura multiplicadora, as menores populações e economias recebem mais recursos.

De acordo com a plataforma “China Global Investment Tracker”, do American Enterprise Institute (2021), os investimentos e construções chineses canalizados aos membros dos Brics totalizam US\$ 144,49 bilhões. Há um aproveitamento muito maior por parte do Brasil nos investimentos chineses em comparação com todos os demais membros (US\$ 57,76 bilhões), mas, por outro lado, é o segundo que menos recebe capital em construções (US\$ 5,94 bilhões). A Rússia é o segundo país que obtém mais investimentos chineses (US\$ 28,45 bilhões) e é o que mais recebe capital em construções (US\$ 20,65 bilhões). A Índia certamente é o país com menor sensibilidade às canalizações de recursos da China, sendo o terceiro colocado em investimentos (US\$ 15,09 bilhões) e construções (US\$ 9,58 bilhões). E a África do Sul é o menor receptor tanto no setor de investimentos (US\$ 5,79 bilhões) como de construções (US\$ 1,23 bilhões). O total de investimentos em todos os Brics é de US\$ 144,49 bilhões.

Tabela 1: Soma dos investimentos e construções chineses nos Brics de 2009 a 2019

País	Investimentos (\$ bi)	Construções (\$ bi)	Total (\$ bi)
Brasil	57,76	5,94	63,7
Rússia	28,45	20,65	49,1
Índia	15,09	9,58	24,67
África do Sul	5,79	1,23	7,02
Total	107,09	37,4	144,49

Os investimentos chineses sobre os Brics reafirmam padrões observados nas relações comerciais. Brasil e Rússia são os atores que mais aproveitam os investimentos chineses, se comparados com a Índia. E a África do Sul, não obstante, recebe investimentos compatíveis com sua estrutura produtiva. Sendo assim, o envolvimento moderado da Índia é corroborado, enquanto Brasil e Rússia se envolvem mais profundamente com os chineses.

A associação das conjunturas em torno de comércio exterior e investimentos entre os Brics dentro do pressuposto de assimetria da economia chinesa exprime aspectos relevantes das estruturas dos países aqui estudados. Os dados levantados e relacionados reforçam a hipótese desta breve avaliação sobre o porquê dos avanços da China em relação aos demais associados aos Brics: a capacidade de complexificação por meio de políticas industriais é uma chave de desenvolvimento econômico. Mas os porquês para as políticas industriais estarem presentes ou ausentes nas agendas econômicas e de desenvolvimento de cada país devem ser discutidos nos tópicos seguintes.

As relações entre os Brics vistas pela teoria do sistema-mundo

A teoria do sistema-mundo analisa o capitalismo enquanto um fenômeno global. A processualidade da globalização capitalista determina relações de trocas desiguais entre centro, semiperiferia e periferia. Nesse sistema, alguns países (centro) são economicamente mais fortes do que outros (periferia) e podem, portanto, atuar em condições que permitem que a agregação de valor flua dos países mais fracos para o centro. Diante disso, a teoria sugere que os países pobres devem introduzir um mecanismo para equilibrar as taxas de câmbio no médio prazo (Wallerstein, 2004, p. 10-11).

Esta teoria foi selecionada como aporte teórico para verificar as relações comerciais entre os Brics neste estudo devido às problematizações sobre as consequências da ascensão chinesa sobre o Sul global. Nesse cenário, os Brics estariam se envolvendo em uma nova conjuntura marcada pelo condicionamento a trocas de mercado desproporcionais e limitantes ao desenvolvimento econômico (Vieira e Ouriques, 2016).

Segundo Tavares (2015), o grupo dos Brics é um projeto chinês que envolve outros Estados que não possuem projetos nacionais de desenvolvimento e então apenas acompanham como coadjuvantes um roteiro sobre o qual não têm domínio. Trataria-se de uma tentativa de criar um pólo capaz de se desviar do centro de poder estrutural dominante, mas que reproduziria contradições relativas.

A adaptação da China à forma histórica do mercado internacional acarreta consequências estruturais inevitáveis que são sentidas com maior intensidade pelos países que não possuem projetos de desenvolvimento econômico e, simultaneamente, classes dominantes acomodadas. Não há expectativas de superação desse panorama enquanto as classes dominantes continuarem usufruindo de estruturas cômodas à obtenção de altas taxas de mais-valia a despeito de baixas taxas de crescimento econômico.

Brasil, Rússia, Índia e África do Sul possuem uma condição periférica em comum. O Brasil desde os anos 1980 não tem mais uma política industrial consistente. A economia brasileira está centrada no tripé macroeconômico – metas de inflação, metas fiscais e câmbio flutuante – e na estrutura produtiva primário-exportadora (Baumann e Gonçalves, 2016). A Rússia se desindustrializou e liberalizou sua economia após o fim da União Soviética e não mais conseguiu recuperar uma estrutura produtiva mais complexa (Visentini, 2021). Quanto à África do Sul, apesar do fim do Apartheid, foram implementadas políticas neoliberais na década de 1990 (Da Fonseca, 2014). A Índia, por outro lado, complexificou sua estrutura produtiva por vias limitadas e desiguais que não trouxeram desenvolvimento social (Barbosa, 2008).

Considerando as mudanças nos níveis de complexidade econômica nos cenários de 2009 e 2019 entre os Brics, é possível constatar que: 1) em 2009, Brasil, Rússia e China já podiam ser classificados como “semiperiféricos”, enquanto Índia e África do Sul estavam mais próximos de um rótulo “periférico”; e 2) em 2019, Brasil, Rússia e África do Sul sofreram reduções em suas complexidades econômicas, se aproximando das conjunturas periféricas, a Índia se aproximou da semiperiferia e a China se movimentou rumo ao centro, com uma complexidade produtiva acima de um dígito — sendo o membro dos Brics com um valor maior neste aspecto e o 29º colocado no ranking de países do *Observatory of Economic Complexity* (2019c), mas ainda distante da hegemonia ocidental, se conformando na categoria de Cheng e Zhai (2021) de “quase-centro”.

O sistema-mundo não está restrito à esfera estrutural, abrangendo também a superestrutura. A relação entre sociedade política e sociedade civil influencia as determinações de cada país no sistema-mundo. A avaliação desse aspecto dialoga com o modelo de organização da economia capitalista. O capitalismo floresceu porque a economia mundial continha diversos sistemas políticos e porque se baseava na absorção de perdas econômicas pelas entidades políticas e na distribuição dos ganhos para o setor privado (Wallerstein, 1974, p. 338).

Nesse contexto, pode ser inserida uma explanação sobre a distinção da China entre os Brics. No país asiático existem constrangimentos à propriedade privada por imposições da mão do Estado. O caráter da economia chinesa, que em última instância molda uma dinâmica híbrida com forte participação do governo nas formas de propriedade, minimiza os impactos das perdas da entidade política em prol das mãos “privadas” (Jabbour e Gabriele, 2021).

No caso da China, instituições econômico-sociais representam a persistência do processo revolucionário iniciado no país em 1949, apesar de ter passado por ressignificações flexíveis. As instituições estatais responsáveis por desenvolvimento econômico ainda contam com uma abordagem de projeto mesmo após as políticas da Reforma e Abertura implementadas a partir de 1978, alterando levemente as formas de propriedade no país (Pomar, 2003).

O sistema financeiro chinês é predominantemente estatal e 98% das ações bancárias são estatais (Chiu e Lewis, 2006). Há cinco grandes bancos estatais de desenvolvimento, o regime cambial é semifixo e a China possui a maior reserva cambial do mundo. Esses são reflexos de uma “soberania monetária”, que é uma variável-chave para o desenvolvimento econômico do país a partir da proteção contra crises e da garantia de pleno emprego. O conjunto em questão forneceu uma blindagem diante da crise financeira global de 2008 (Jabbour e Gabriele, 2021).

A Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado (Sasac)¹³ é a principal inovação institucional chinesa que permite que

13 Frequentemente não traduzida do inglês, é mencionada com o título State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council ou com a sigla SASAC. Esta comissão estabelece e regulamenta procedimentos para auxiliar agentes econômicos a compartilhar objetivos através do design de procedimentos de seleção realizados pelos diretores de estatais. Fundada em 2003, foi a conjuntura estatal que assumiu o controle da agenda de suas reformas para que processos de privatização e de liberalização da economia chinesa fossem freados na década de 2000. Desse modo, desde então, as estatais se inseriram com vantagens no mercado dentro das dinâmicas de concorrência, evidenciando o elo entre economia e política com primazia deste (Jabbour e Gabriele, 2021).

haja coexistência de diferentes modos de produção no país e uma coordenação direta e indireta do Estado por trás do organismo econômico como um todo. Trata-se de uma instituição de coordenação do projeto nacional de desenvolvimento chinês, alinhada aos planos quinquenais e voltada aos ativos estatais dos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE). É a entidade que figura como a maior investidora dos GCEE, além de se responsabilizar por medidas sociais do macrossetor não produtivo (necessário ao desenvolvimento humano) e por políticas industriais. Dessa maneira, recursos e empresas estratégicas (como as três principais companhias de petróleo da China) estão centralizadas a fim dos grandes projetos industriais nacionais. O resultado da presença dos GCEE na economia chinesa é uma combinação entre Estado, instituições semiautônomas e formas mistas de capital. O Estado acaba por assumir o papel de “empreendedor em chefe”, lançando pacotes de investimentos e injetando capital no macrossetor produtivo por vias estratégicas (Jabbour e Gabriele, 2021).

No caso dos Brics, os países membros têm vias de desenvolvimento distintas, mas foram significativos os dirigismos estatais compostos por diferentes frações em blocos de poder de cada um, inclusive quando caracterizados por inação. A estrutura capitalista global, transformada desde a década de 1980 pela normatização do “Consenso de Washington”¹⁴, afetou estes países de múltiplas maneiras. Houve diferentes níveis de concessão ao receberem exigências verticais. Sendo assim, a China foi o país que atingiu maior grau de complexidade econômica na medida em que foi capaz de construir um projeto nacional de desenvolvimento em oposição às pressões homogeneizadoras do receituário econômico globalmente presente.

No âmbito financeiro, ainda, a China é o país que mais oferece empréstimos aos países periféricos e que dirige as maiores instituições financeiras internacionais no mundo. Considerando o histórico de não imposição de contrapartidas para realizar empréstimos, podemos visualizar diferenças na abordagem deste país em relação aos países pobres em comparação com os Estados Unidos, que,

14 O Consenso de Washington foi nomeado pelo economista John Williamson. Trata-se de um conjunto de princípios de política econômica baseados principalmente na agenda privatista. Esse receituário repercutiu entre os países em desenvolvimento durante a década de 1980, quando enfrentavam crises da dívida e desafios ao crescimento econômico. Segundo Caparroz (2018), na década de 1980 “havia mais concordância em torno da doutrina econômica do que em qualquer outra época desde 1914”. Posteriormente, um “pós-consenso” foi elaborado ainda dentro dos mesmos termos centrados em privatizações, mas que passaram a abranger mais variáveis além de “crescimento”.

durante a crise da dívida ao longo dos anos 1980, exigiram reformas liberais nas economias desses países para fornecer empréstimos (Cheng e Zhai, 2021, p. 10).

A teoria do sistema-mundo é uma teoria pensada em um contexto de domínio ocidental sobre o sistema de Estados e mercados. A historiografia que conferiu vias de sistematização teórica no final do século XX já é incompatível com a conjuntura atual e, por isso, estimula novos debates sobre o caráter da ascensão chinesa. A humanidade está presenciando uma grande reviravolta na estrutura global do século XXI.

A China é uma potência que tende a retornar à sua posição milenar, onde esteve durante todo o período que antecedeu as Revoluções Industriais, isto é, ao posto de maior economia mundial (Maddison, 2007). Deve ser avaliada como um país que continua sendo afetado pelos efeitos do imperialismo e, ainda assim, ascendeu enquanto potência. De um país semi-colonizado e desestruturado econômica e socialmente principalmente por Inglaterra e Japão no século XIX, forçado a importar e consumir ópio e a ceder territórios, passando pelo chamado “século da humilhação”, atravessou transformações sociais e institucionais profundas e, então, se tornou uma superpotência industrial capaz de desafiar seus velhos colonos.

As relações sistêmico-mundiais entre os Brics analisadas por uma perspectiva contra-eurocêntrica

As relações da China não só com os países dos Brics, mas também com outros da periferia global, podem ser avaliadas à luz de uma vertente contra-eurocêntrica do sistema-mundo. As contribuições teóricas de autores como André Gunder Frank, Samir Amin, Cheng Enfu e Chan Zai são ilustrativas.

O entendimento de que existe apenas um sistema mundial, seja pela divisão centro-periferia, ou pela divisão centro-semi-periferia-periferia, leva à ignorância sobre as alternativas propiciadas pelos modelos econômicos dos países de transição socialista que existiram ou ainda existem. As diversas opções de caminho de desenvolvimento que estão disponíveis não podem ser perdidas de vista ao elaborar uma teoria em relação à estrutura global do capitalismo, então a existência de diferentes variáveis exige a multipolarização metodológica. Caso

contrário, há risco de propagação de uma ideologia eurocêntrica (Amin, 2010, p. 12).

André Gunder Frank, em “*ReORIENT: Global Economy in the Asian Age*”, lança as bases de uma crítica contra-eurocêntrica no âmbito da teoria do sistema-mundo. André reforça a tese de que o eurocentrismo não pode ser considerado científico, tampouco histórico, tendo em vista que as teorias eurocêntricas descartam a importância de países de fora da Europa em relação à história do desenvolvimento econômico, como se houvesse um mundo que se desenvolve ao redor da Europa e somente a partir dela. O autor apresenta uma proposta de “representação alternativa” da economia mundial entre 1400 e 1800 para que mais tarde haja uma nova “teoria global estrutural, dinâmica e transformacional da única economia política mundial e sistema social” (Frank, 1997, p. 27-28).

Tendo em vista os dados econômicos da Antiguidade elaborados por Maddison (2007), é possível apontar que os países da Ásia, em especial a China, foram potências econômicas no passado e seu declínio se deu em um curto período de no máximo de dois séculos. O referido sucesso asiático não estava ligado às vias de desenvolvimento ocidentais, mas sim em uma única economia mundial na qual o Ocidente estaria atrasado em relação ao Oriente (Frank, 2003 p. 135).

Devido à multipolarização do sistema internacional no século XXI, os pesquisadores chineses Cheng e Zhai (2021) trazem uma perspectiva inovadora ao formularem o conceito de “quase-centro” única e exclusivamente para ser aplicado à compreensão da inserção da China na cadeia produtiva global até então definida somente pelas camadas de “centro-periferia” e de “centro-semi-periferia-periferia”. Considerando a unicidade do país enquanto detentor do segundo maior PIB do mundo, sua inserção multilateral e pragmática no sistema internacional determina uma posição de liderança no comércio exterior, altos níveis de investimentos estrangeiros diretos sobre países pobres, competitividade crescente, etc. Então, é impossível ainda enquadrá-la como um país “semiperiférico”, mas, ainda, não pode ser classificada como “central”. Dessa maneira, uma nova estrutura sistêmico-mundial em formação deve englobar quatro níveis: “centro-quase-centro-semi-periferia-periferia”.

Cheng e Zhai deixam como contribuição uma crítica construtiva à teoria do sistema-mundo ao sintetizar seus limites e propor novas possibilidades de superação das condições periféricas e semiperiféricas, ilustrando a situação comum dos países dos Brics:

Embora Wallerstein tenha desenvolvido essa teoria em um modelo analítico com uma estrutura de três camadas “centro-semi-periferia-periferia”, ele falhou em antecipar o atual status de desenvolvimento da China. Embora reconheça que os países semiperiféricos têm potencial para ascender ao centro ou afundar para a periferia, afirmou ainda que o modelo de desenvolvimento “por alcance” que visa tornar os países semiperiféricos parte do centro não deve ser encorajado, e que os países da periferia deveriam buscar desenvolver suas economias através da “desconexão” do sistema mundial [...] Este argumento não é convincente. Se o grande fosso entre a periferia e o centro exige que os países da semiperiferia e da periferia acumulem força e capital por meio do desenvolvimento econômico e se preparem para a resistência, esses países certamente não podem evitar o modo de desenvolvimento “por alcance” como forma de trampolim para aumentar sua própria renda per capita [... Consequentemente,] os países periféricos devem desenvolver vigorosamente suas economias e alcançar um alto grau de industrialização e modernização; superar gradualmente sua dependência econômica dos países do centro; buscar o desenvolvimento científico que combine efetivamente a independência econômica e a colaboração internacional; e promover ativamente a governança justa e racional do sistema mundial (Cheng e Zhai, p. 2-3, tradução nossa).

Considerando o debate exposto acima, a teoria do sistema-mundo deve ser repensada e adaptada às novas condições estruturais do capitalismo e do sistema internacional. O grupo diplomático Brics representa uma plataforma de desenvolvimento e rompimento de dependência em relação às potências ocidentais, sendo um exemplo útil para sugerir mudanças nas perspectivas sistêmico-mundiais.

Considerações finais

A discussão trazida neste artigo articulou a história dos Brics a partir dos dados comerciais e financeiros de 2009 e 2019 relativos aos membros do grupo com a teoria do sistema-mundo a partir de um viés contra-eurocêntrico. As explicações teóricas convergem na medida em que evidenciam que há distinção entre o modelo econômico chinês e os modelos dos demais membros dos Brics.

Os avanços econômicos chineses são explicados por uma estrutura nacional alinhada e adaptada ao sistema-mundo mediante a coexistência de diferentes modos de produção. O dinamismo conferido pela estratégia de desenvolvimento da China justifica a distinção do país entre os Brics. Por um lado, há uma aposta em inovações institucionais e produtivas por parte do país asiático e por outro há uma aceitação generalizada por parte dos demais membros dos moldes propostos pelo Consenso de Washington.

Entretanto, é válido observar que a adaptação chinesa à estrutura globalizada acarreta consequências automáticas. Enquanto a emergente superpotência asiática deu andamento ao seu processo de expansão, Brasil, Rússia e África do Sul enfrentaram estagnações na medida em que foram incapazes de dinamizar suas capacidades produtivas, se especializando em setores restritos de produtividade e tornando-se dependentes da economia chinesa. Os dados de complexidade econômica dos Brics em geral revelam um panorama nocivo ao grupo, com exceção de China e Índia.

A Índia foi capaz de se manter menos dependente, mas ainda carece de desenvolvimento econômico e social. A estrutura produtiva indiana é favorável, mas a atual superestrutura revela disposições pouco desenvolvidas e de difícil articulação para que ocorram avanços materiais e sociais do país.

Sendo assim, a China se expressa como uma economia avançada, que explora o máximo de suas potencialidades, e que tem os Brics como uma parte de um conjunto de iniciativas de desenvolvimento a partir do exterior. A política externa chinesa se articula com seu projeto nacional de desenvolvimento.

A resposta à questão-problema sobre “por que a economia chinesa foi a que mais se desenvolveu nos Brics nos recortes temporais de 2009 e 2019?”, conclusivamente, se dá pela hipótese de que a criação dos Brics representou uma movimentação rumo a um patamar de interdependência desproporcionalmente centrada na China que, contudo, pode ser flexibilizada de acordo com as estratégias de desenvolvimento de cada associado.

Referências bibliográficas

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. China Global Investment Tracker. Washington, D. C.. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bra>. Acesso em: 5 mar. 2023.

AMIN, Samir. Global history: a view from the South. Fahamu/Pambazuka, 2010.

BARBOSA, Marcel Jaroski. Crescimento econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo S. Manual do candidato: economia. Brasília: FUNAG, 2016.

CAPARROZ, Roberto. Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado. Saraiva Educação SA, 2018.

CHENG, Enfu; ZHAI, Chan. China as a “Quasi-Center” in the World Economic System: Developing a New “Center–Quasi-center–Semi-periphery–Periphery” Theory. *World Review of Political Economy*, v. 12, n. 1, p. 4–26, 2021.

CHIU, Becky; LEWIS, Mervyn. Reforming China’s state-owned enterprises and banks. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2006.

DA FONSECA, Danilo Ferreira. Direitos humanos na África do Sul: entre o apartheid e o neoliberalismo. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 51, 2014.

HAUSMANN, Ricardo et al. The atlas of economic complexity: Mapping paths to prosperity. Mit Press, 2014.

HIDALGO, César A. Economic complexity theory and applications. *Nature Reviews Physics*, v. 3, n. 2, p. 92–113, 2021.

HIDALGO, Cesar. Why information grows: The evolution of order, from atoms to economies. Basic Books, 2015.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. China: O Socialismo do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

MADDISON, Angus. Chinese Economic Perform in the Long Run. 2. ed. Paris: OECD Development Centre Studies, 2007.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Brazil. Massachusetts, 2019a. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bra>. Acesso em: 3 jan. 2023.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. China. Massachusetts, 2019b. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn>. Acesso em: 3 jan. 2023.

- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Country Rankings (ECI). Massachusetts, 2019c. Disponível em: <https://oec.world/en/rankings/eci/hs6/hs96>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. India. Massachusetts, 2019d. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ind>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Russia. Massachusetts, 2019e. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/rus>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. South Africa. Massachusetts, 2019f. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/zaf>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- O'NEILL, Jim et al. Building better global economic Brics. Goldman Sachs Economic Research Group, v. 66. 2001.
- POMAR, Wladimir. A revolução chinesa. São Paulo: Unesp, 2003.
- RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. De BRIC a Brics: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. Contexto internacional, v. 37, p. 255-287, 2015.
- TAVARES, Elaine. A cúpula dos Brics. Instituto de Estudos Latino-Americanos. Florianópolis, 15 jan. 2015. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/cupula-dos-Brics>. Acesso em 4 jan. 2023.
- VIEIRA, Pedro Antonio; OURIQUES, Helton Ricardo. Brazil and the Brics: The trap of short time. Journal of World-Systems Research, v. 22, n. 2, p. 404-429, 2016.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. Por que o socialismo ruuiu? De Berlim a Moscou 1989-1991. São Paulo: Almedina, 2021.
- WORLD BANK. GDP (Current US\$). Washington, D.C., 2019a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2019&start=2009>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- WORLD BANK. Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population) – China. Washington, D.C., 2019b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=CN>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- WALLERSTEIN, Immanuel. World-systems analysis. In: World-systems analysis. Duke University Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

